

09/02/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 96.846 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACTE. (S) : NEURI COLOMBO
IMPTE. (S) : ANTÔNIO DIONÍSIO LOPES E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S) (ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 109.798
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. BIS IN IDEM E PREVENÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

Sendo distintos os fatos atribuídos ao paciente nos dois processos que resultaram na sua condenação, não há que se falar nem em *bis in idem*, nem em prevenção do órgão fracionário do Tribunal de Justiça que recebeu a primeira apelação relativa a um daqueles processos.

Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

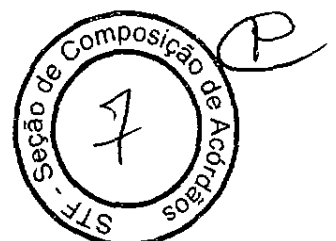
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem.

Brasília, 09 de fevereiro de 2010.


JOAQUIM BARBOSA

-

Relator



09/02/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 96.846 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACTE. (S) : NEURI COLOMBO
IMPTE. (S) : ANTÔNIO DIONÍSIO LOPES E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S) (ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 109.798
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):


Conforme resumi na decisão em que indeferi o pedido de liminar:

"Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de Neuri Colombo contra decisão monocrática que denegou o HC 109.798, submetido ao Superior Tribunal de Justiça, cuja ementa tem o seguinte teor:

'PENAL - PROCESSUAL PENAL -
HABEAS CORPUS - FALSIDADE IDEOLÓGICA -
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR - DUAS
AÇÕES PENAIS - BIS IN IDEM - INOCORRÊNCIA -
FATOS DISTINTOS - PREVENÇÃO DE CÂMARA
CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA -
INEXISTÊNCIA, POR SE TRATAREM DE FATOS
DISTINTOS - AUSÊNCIA, ADEMAIS, DE ARGÜIÇÃO
NO MOMENTO OPORTUNO - SÚM. 706/STF -
NULIDADE RELATIVA QUE, AINDA QUE HOUVESSE
OCORRIDO, SE REPUTARIA SANADA - ORDEM
DENEGADA.

I. Inexiste ofensa ao princípio
ne bis in idem quando as duas acusações
formuladas contra o agente disserem
respeito a fatos distintos. Precedentes.

II. Pelo mesmo motivo,
inadmissível o acolhimento da tese de
nulidade do julgamento das apelações por
Câmaras Criminais diversas do Tribunal de



Justiça, eis que ausente qualquer tipo de conexão ou continência.

III. Ainda que assim não fosse, a falta de arguição da referida nulidade no momento oportuno a reputa sanada, por possuir natureza relativa.

IV. 'É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção' (Súm. 706/STF).

V. Ordem denegada.'

Segundo o impetrante, o paciente foi condenado no processo 079/2.03.0000289-0 por falsidade ideológica (CP, art. 299) e constrangimento ilegal (CP, art. 146), bem como no processo 079/2.04.0000400-3, também por falsidade ideológica. As duas ações penais tramitaram no Juízo de Direito da Comarca de Antônio Prado/RS.

Ainda de acordo com a inicial, a defesa apelou das duas condenações ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. A apelação relativa ao processo 079/2.03.0000289-0 encontra-se pendente de julgamento na 6ª Câmara Criminal do tribunal gaúcho. Já o recurso referente ao processo 079/2.04.0000400-3 resultou na manutenção da sentença, pela 4ª Câmara Criminal do mesmo tribunal, o que ensejou a interposição de recurso especial e agravo instrumento, ambos não admitidos.

Tal desfecho motivou a impetração do HC 109.798 ao STJ, cuja ordem restou denegada pela relatora (desembargadora convocada Jane Silva - fls. 312-315 dos autos em apenso).

Na seqüência, sobreveio o presente habeas corpus, no qual se pede, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, bem como a suspensão do julgamento, pelo TJRS, da apelação relativa ao processo 079/2.03.0000289-0, 'até o exame do mérito deste writ'. No mérito, busca-se a manutenção da liberdade do acusado e a anulação do julgamento da apelação referente ao processo 079/2.04.0000400-3.

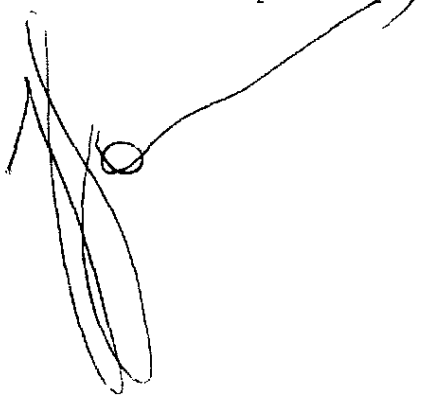
Para tanto, o impetrante alega, em suma, que (1) o réu teria sido condenado nos dois processos acima pelo mesmo fato; (2) a 4ª Câmara Criminal do TJRS não poderia ter julgado a apelação decorrente do processo 079/2.04.0000400-3, a qual deveria ser

HC 96.846 / RS

submetida à 6ª Câmara Criminal do mesmo tribunal, que estaria preventa, por ali já tramitar a apelação derivada do processo 079/2.03.0000289-0, que versaria sobre o mesmo fato" (fls. 21-22).

Depois disso, prestaram-se informações (fls. 33, 36-39 e 89-90) e o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 101-104).

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): A alegação de que o paciente teria sido condenado em dois processos pelo mesmo fato não se sustenta.

Com efeito, conforme esclarecido nas informações prestadas pelo magistrado de primeiro grau,

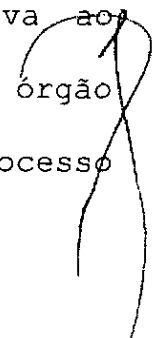
"Cada um dos processos crimes trata de fato diverso e distante no tempo.

(...)

Como o réu Neuri praticou dois delitos de falsidade, distantes no tempo por mais de seis meses, nada há de ilegal no fato de ter sido condenado duas vezes em sede de primeiro grau. (...)

É mentirosa a alegação do habeas corpus de que presente conexão porque 'o mesmo documento falsificado gerou duas condenações'. No processo nº 079/2.030000289-0, a falsificação ocorreu em um 'contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel'. Já no processo 079/2.04.0000400-3 a falsificação ocorreu numa 'declaração', firmada em 25/11/2003. A falsificação do conteúdo da aludida declaração ocorreu para produzir prova no processo 079/2.03.0000289-0, como tentativa de se livrar da acusação deste feito" (fls. 37-38).

Também não há que se falar em prevenção da 6ª Câmara Criminal do TJRS para o julgamento da apelação relativa ao processo 079/2.04.0000400-3, sob a premissa de que naquele órgão jurisdicional já tramita a apelação derivada do processo

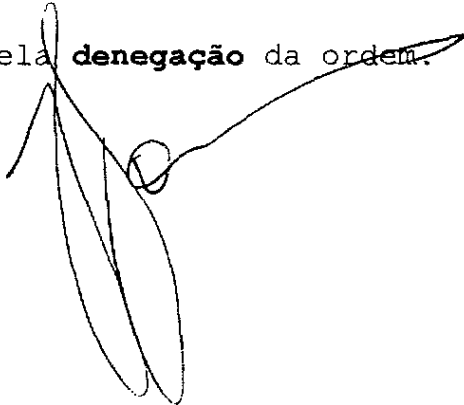


HC 96.846 / RS

079/2.03.0000289-0, uma vez que os fatos atribuídos ao réu nesses dois processos, como visto, são distintos.

Além disso, de acordo com a Súmula 706 do Supremo Tribunal Federal, "[é] relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção". Por conseguinte, impõe-se ao interessado impugnação oportuna, o que, no caso, não ocorreu, conforme ressaltado tanto na decisão atacada, quanto nas informações de fls. 36-39.

Por essas razões, voto pela **denegação** da ordem.



SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 96.846**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

PACTE.(S) : NEURI COLOMBO

IMPTE.(S) : ANTÔNIO DIONÍSIO LOPES E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 109.798 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Denegada a ordem por votação unânime. Ausente, licenciado, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. **2ª Turma**, 09.02.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ellen Gracie, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador